

AS RAÍZES DA IDENTIDADE DO DESIGN NO BRASIL COLONIAL A PARTIR DA CÉDULA MONETÁRIA DE QUINHENTOS CRUZEIROS DE ALOISIO MAGALHÃES

THE DESIGN'S ORIGINS IN COLONIAL BRAZIL FROM THE FIVE HUNDRED CRUZEIROS OF BRAZILIAN DESIGNER ALOISIO MAGALHÃES

Geovana Martin¹

Olympio José Pinheiro²

Resumo

Buscamos identificar nos símbolos numismáticos da cédula dedicada à comemoração dos 150 de Independência do Brasil de Aloisio Magalhães indícios de contraste e pertencimento entre as matrizes étnicas e culturais, e sua miscigenação, integrantes de nossa identidade. O conjunto de questões se desdobra a partir da problemática central: as imagens da cédula comemorativa representam simbolicamente nosso passado histórico sob aspectos factuais? Supomos que o resgate de nossa identidade ancestral adormecida, que repousa na memória imaterial e material, nos objetos de nosso patrimônio e nos frágeis registros documentais do espólio de homens e mulheres da colônia, possa apontar caminhos em resposta às indagações sobre quem somos nós. E, por decorrência, às raízes da identidade do design brasileiro. Neste contexto, para compreendermos as especificidades da identidade brasileira, focamos nossa atenção no estudo entre as ideologias nacionalistas conservadoras do século XIX, em contraste com as ideologias progressistas do XX e, em relação a estas últimas, as contribuições da Nova História na busca desse resgate da identidade das raízes do design brasileiro.

Palavras-chave: teoria do design; design, arte e artesanato luso-brasileiro; Aloisio Magalhães; identidade nacional; nova história do Brasil.

Abstract

We intend to identify on the symbols in the bank note of the 150 years of Brazil independence, designed by Aloisio Magalhães, the signs of contrast and belonging between the ethnic and cultural matrices, its miscegenation, that are members of our identity. The questions' group expands from the central problematic: Can the commemorative bank note's images to describe symbolically the factual aspects of our historic past? As a hypothesis, we assume that our beloved ancestral identity, which rests in the material and immaterial memory, on objects of our heritage and on the inscriptions in documents of colony about men and women's assets, can suggest paths for questions about who we are. In addition, as a result, about the Brazilian design's origins. In this context, for us understand the Brazilian identity's characteristics, we focus our attention about the study between conservative nationalist ideologies in century XIX, in contrast with the progressive ideologies in century XX and, in relations to the last, the New History's contribution in search for rescue of Brazilian design's origins.

Keywords: design theory; design, art and luso-brazilian crafts; Aloisio Magalhães, national identity; brazilian new history.

¹ Bacharel em Desenho Industrial pela FAAC-UNESP. Mestranda pelo PPG-Design, FAAC-UNESP, São Paulo, Brasil. Licenciatura em Artes Visuais, FAAC-UNESP, São Paulo, Brasil. g.martin@unesp.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3977-7368>

² Doutor pela FFLCH da Universidade de São Paulo. Pós-Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (França); e pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (Portugal). Docente do PPG-Design, FAAC-UNESP, São Paulo, Brasil. oj.pinheiro@unesp.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8015-7416>

1. A Dimensão Cultural de Aloisio Magalhães: a Cédula De Quinhentos Cruzeiros Como Princípio Controverso da Identidade do Design Brasileiro

Este estudo integra uma investigação mais ampla sobre a busca de identidade no design brasileiro a partir da terceira fase³ cronológica de produção de Aloisio Magalhães⁴. Se para João de Souza Leite o marco da terceira fase ocorreria a partir de 1975 com a criação do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural (LEITE, 2003, p. 221-263), em nossa hipótese, este momento recua em direção a 1972, ano de elaboração da referida cédula.

É a partir da Cédula de Cr\$ 500.00 que propomos a dilação da terceira fase, designada Dimensão da Cultura (LEITE, 2003, p. 221), que introduziria suas primeiras reflexões sobre a variedade de significados, que buscam nos definir enquanto brasileiros. Em decorrência desta obstinada busca é que Aloisio seria levado a analisar as particularidades de nossa cultura imaterial, material e étnica (MAGALHÃES, 2017, p. 207-209).

Em se tratando de um exemplar numismático, pode ser avaliado segundo diferentes perspectivas, tais como tecnologias empregadas no fabrico, manuseio do suporte, ou plano conceitual (MAGALHÃES, 2014b, p. 123). Em nosso estudo, investigamos os significados de sua função simbólica monetária (LÖBACH, 2001, p. 91; SANTAELLA; NÖTH, 1998, p. 63-65), enquanto elementos formuladores de uma identidade nacional (SILVA JR., 2008, p. 5), supostamente criadora da hibridização do design mestiço (MORAES, 2005, p. 255).

No derradeiro período de sua carreira, Magalhães reflete sobre a visão alargada dos bens culturais brasileiros, de natureza arquitetônica civil e religiosa, arqueológica e etnográfica, do pré-colombiano às produções populares suas contemporâneas (MAGALHÃES, 2017, p. 205-207).

Há uma certa polêmica em torno da existência de um design brasileiro, ou luso-brasileiro, ligado às raízes de nosso passado histórico, de onde teriam emergido as primeiras inovações artísticas, técnicas e tecnológicas elaboradas na arquitetura, ornamentação e mobiliário colonial, assim como na azulejaria dos séculos XVII e XVIII oriunda de Portugal (PINHEIRO, 2001, p. 118-121).

Embora possa ser uma questão polêmica, o que confere identidade ao design brasileiro, segundo Dijon de Moraes, é a sua mestiçagem. Negar o valor cultural intrínseco ao design mestiço brasileiro seria como negar o valor individual das três etnias básicas que compõem a nação.

Moraes observa que no “teorema design brasileiro” não há unicidade, o que significa reconhecer que nenhuma de suas culturas componentes (indígena, africana e europeia) “foi subestimada em relação às outras”, ao contrário do que propõem os modelos únicos de práticas projetuais de outros países de cultura homogênea (MORAES, 2005, p. 255-256).

Embora Rafael Cardoso não desconsidere uma relativa variabilidade de um design industrial brasileiro de pequena escala, voltado ao mercado interno consumidor, enfatiza a vocação agrária brasileira no início do século XIX. Cita a presença das artes aplicadas à indústria promovida por D. João VI em 1816, apesar de não se aprofundar nos precedentes históricos dos “ofícios mecânicos” no Brasil (DENIS, 2004, p. 30; 189).

³ As fases de produção consideradas por nós baseiam-se no estudo de João de Souza Leite (2003) sobre a vida e obra do designer brasileiro Aloisio Magalhães.

⁴ Nossa pesquisa de mestrado acadêmico *in progress* intitula-se: “Questões de identidade: controvérsias sobre a busca de raízes da Identidade no design brasileiro a partir da obra de Aloisio Magalhães” no PPG-Design, FAAC-UNESP. Este trabalho visa contribuir para futuras pesquisas sobre esta polêmica temática.

Dijon De Moraes é um dos poucos estudiosos da atualidade a tratar a arte e arquitetura colonial barroca dos séculos XVIII e XIX como entidade estética do design brasileiro, que incorporou elementos indígenas, lusos e africanos (MORAES, 2005, p. 46-47). Este encontro de etnias e culturas teria propiciado a formação de artistas, artesãos e artífices, que promoveram o hibridismo simbólico e iconográfico à imagem e semelhança de seus corpos miscigenados

É a partir deste emaranhado de questões controversas, que procuramos analisar a cédula de quinhentos cruzeiros, pertencente à segunda fase de produção do designer Aloisio Magalhães, buscando identificar as possíveis lacunas do que Moraes considera como identidade mestiça atribuída ao design brasileiro (MORAES, 2005, p. 255-256).

2. Objetivos, Metodologia, Fundamentação Teórica e Instrumentos de Análise

Esta análise é exploratória, com método qualitativo e abordagem dialética, que pretende observar as relações de pertencimento, que, hipoteticamente, poderiam reorientar a superação de alguns de nossos conflitos internos e externos, com acusações recorrentemente polarizadas.

Problematizamos este estudo a partir das questões propostas por Elias Fajardo da Fonseca a Aloisio Magalhães, que foram registradas na matéria “Aloísio Magalhães fala do novo dinheiro”, publicada em O Globo (1978). À época estas indagações se referiam à segunda família de cruzeiro (MAGALHÃES, 2014a, p. 145), no entanto fazemos adaptações pertinentes à análise.

Caberia indagar: As imagens da cédula comemorativa do Sesquicentenário da Independência sugerem uma visão abrangente de nossa identidade histórica? Reconstituem os aspectos factuais de nosso passado, incluindo a memória de nossos ancestrais? Ou seja, o sujeito que espreita as matrizes étnicas do anverso e as cinco cartografias do reverso consegue se identificar com a iconografia proposta? Neste sentido, a cartografia denominada “Integração” fornece elementos gráficos suficientes para a constatação de um significado factível? O que ela comunica?

Neste contexto, focalizamos as matrizes étnicas indígena, lusa e africana⁵ e a conformação histórica do território brasileiro⁶ presentes na cédula comemorativa do Sesquicentenário da Independência de Cr\$ 500.00 desde os tempos do descobrimento até 1972, ano de desenvolvimento deste projeto gráfico.

Procuramos refletir sobre o sentimento nacional brasileiro em contraste com o português e seus reflexos sobre a construção da identidade brasileira no período independentista (JANCSÓ; PIMENTA, 2000), que aprofundou os contrastes internos legitimados pelo cientificismo fragmentário do início do século XIX (MOREIRA LEITE, 2017; COSTA E SILVA, 2000), cujas correntes de pensamento flertaram com aspectos fragmentários de natureza xenófoba e xenófila entre grupos distintos (MOREIRA LEITE, 2017)

⁵ Para matrizes étnicas partimos de O Povo Brasileiro de Darcy Ribeiro (2015).

⁶ A conformação histórica foi baseada nas cópias das cartografias guardadas pela Comissão Cultural da Marinha de Portugal (Original: Biblioteca Estense Universitária de Modena, Itália); pela Fundação Biblioteca Nacional (Original: Biblioteca Nacional, França); pela BRASILHIS Database da Universidade de Salamanca (Original: Biblioteca da Ajuda, Portugal). E as cartografias originais da Coleção Rumsey (Universidade de Stanford, EUA); IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil).

Para trilharmos este percurso, apresentamos a progressão sucessiva das ideologias nacionalistas conservadoras e suas tentativas de superação (MOREIRA LEITE, 2017; COSTA E SILVA, 2000; ARRUDA, 2000). Em sequência, focalizamos o período colonial, procurando ampliar os domínios da fronteira do conhecimento introduzidos pelo grupo de pesquisadores da nova história brasileira, entre eles Maria Yedda Linhares, Ronaldo Vainfas, Jorge Caldeira, entre outros (LINHARES, 1990; CARDOSO, 1990; VAINFAS, 2000; CALDEIRA, 2009).

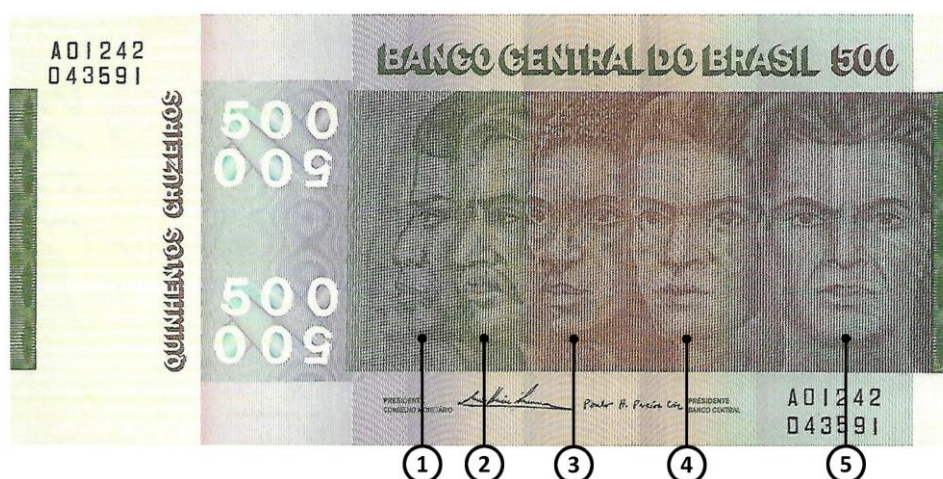
Partindo desta leitura inicial, uma revisão bibliográfica poderá esclarecer melhor como pode ter ocorrido a integração da identidade brasileira, sugerida pela legenda do quinto mapa. Se forem observados aspectos de coesão nacional, então a premissa de Aloisio Magalhães será válida. Inversamente, se eles não existirem, será uma suposição improcedente (MARCONI; LAKATOS, 2003). Em constante revisão, o surgimento de outras interpretações coloca sentimentos e convicções à prova.

Neste estudo, supomos que a pesquisa conceitual da referida cédula revelaria o interesse de Aloisio Magalhães pela identidade e cultura brasileira, sendo o suposto elemento desencadeador do processo de criação do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural e de sua participação na direção do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3. Cédula comemorativa do Sesquicentenário da Independência: retrato da identidade nacional para Aloisio Magalhães

A cédula comemorativa do Sesquicentenário da Independência ou de quinhentos cruzeiros comporta transformações sucessivas e interdependentes em seu averso e reverso. O averso é onde está gravada a efígie ou o retrato dos símbolos nacionais. Neste caso particular, observamos a identidade em sequência progressiva de matrizes e de mestiçagens étnicas (Figura 1): [1] o povo indígena, [2] o povo luso, [3] o afro-brasileiro⁷, [4] o brasilíndio⁸, [5] o brasileiro (RIBEIRO, 2015).

Figura 1: Averso da Cédula Comemorativa do Sesquicentenário do Brasil (1972).



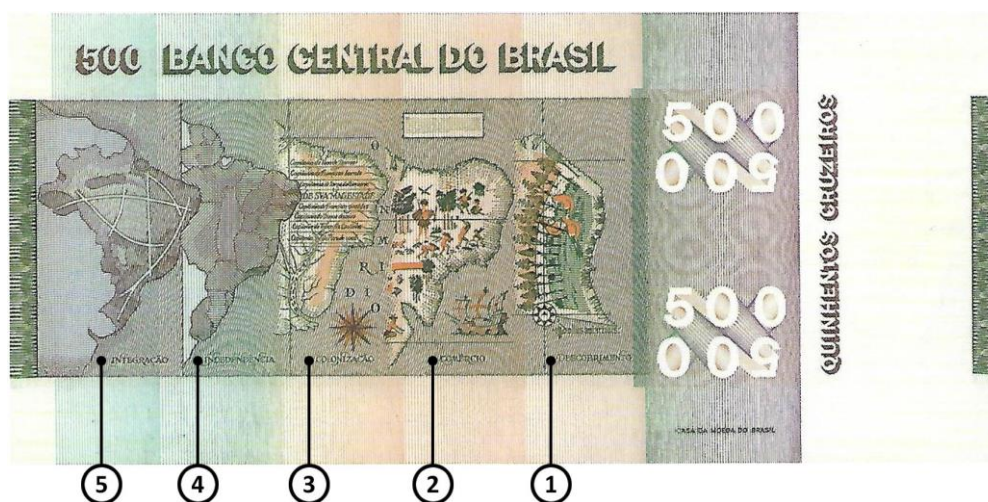
Fonte: LEITE, 2003, p. 211

⁷ O tráfico negreiro transportou um contingente de cerca de dois milhões e meio de escravos nos períodos de 1550 a 1800, fortalecendo-se vigorosamente a partir de 1600 (CARDOSO, 2000, p. 98).

⁸ O termo brasilíndio remete a O Povo Brasileiro de Darcy Ribeiro (2015, p. 81).

O reverso se opõe ao anverso, nesta face notamos a cartografia histórica na progressão de sua conformação territorial, que resultou nas atuais zonas fronteiriças do Brasil. Consideramos as legendas em cinco períodos (Figura 2): [1] descobrimento, [2] comércio, [3] colonização, [4] independência, [5] integração.

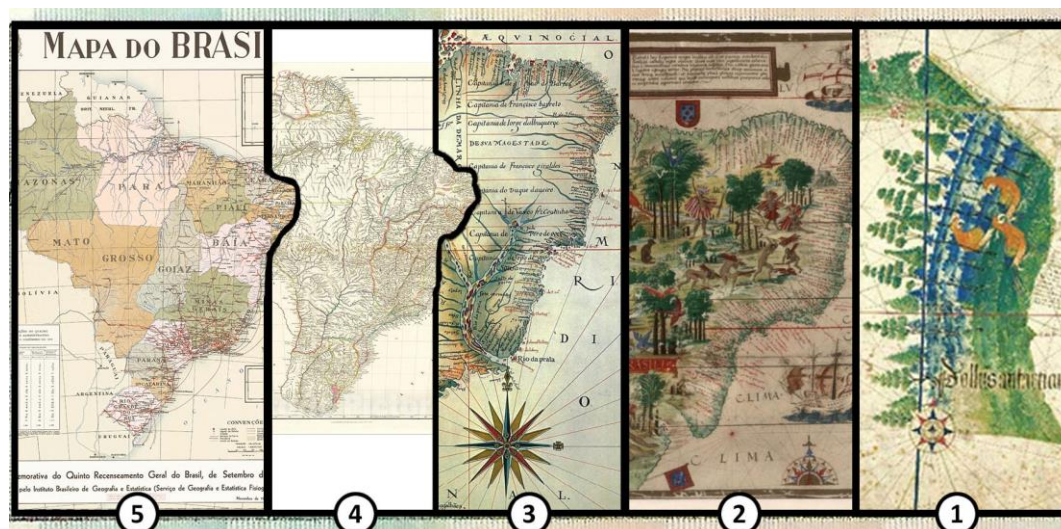
Figura 2: Reverso da Cédula Comemorativa do Sesquicentenário do Brasil (1972).



Fonte: LEITE, 2003, p. 211

A cartografia histórica do Brasil remete, respectivamente, aos [1] Mapas de Cantino de 1502, [2] Terra Brasilis do Atlas de Miller de 1519, [3] de Luis Teixeira de 1586, [4] de John Arrowsmith de 1844, que abrangia Guiana, Guiana Francesa e Suriname (Figura 3: 4). A fronteira brasileira (Figura 3: 5) se iniciou com a delimitação do Rio Grande do Sul (1809) e terminou com a incorporação do Acre (1903).

Figura 3: Referências Cartográficas da Cédula do Sesquicentenário (1512-1944).



Fonte: [1] Comissão Cultural da Marinha (Portugal); [2] Fundação Biblioteca Nacional (Brasil); [3] Salamanca Brasilis Database (Espanha); [4] Coleção Rumsey (EUA); [5] IBGE – Inst. Brasileiro de Geografia Estatística (Brasil)

Aloisio Magalhães projetou o anverso antes da fusão do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara (1974), divisão de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1977), criação do Estado de Rondônia (1982) e da formação de Tocantins (1988). A cartografia da Integração pode ter se inspirado na sequência de [5] mapas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1940 e 1944, (Figura 3: 5).

Na relação dos símbolos do Anverso (Figura 1) e Reverso (Figura 2) com as cartografias históricas (Figura 3) observamos a geografia territorial, cultural e humana, que reafirma as aproximações que Magalhães manteve com Darcy Ribeiro (2015), sem evidenciar os expressivos fluxos imigratórios de europeus e japoneses entre 1851 e 1960. O aprofundamento desta questão ocorreu em 1995, vinte e três anos após a criação da cédula, na convalescência do antropólogo (RIBEIRO, 2015, p. 11).

3.1. O Design da Cédula do Sesquicentenário: Análise dos Símbolos de Integração Nacional nos Períodos Pós-Independentista (1822-1950) e Pré-Independentista (1500-1822)

As cartografias do reverso sugerem o estudo da identidade nacional em três hipóteses. A primeira parte de uma integração nacional utópica idealizada pelo designer, com a certeza inexorável da segunda redemocratização, que não chegou a experimentar. A segunda pressupõe, que o sentido de pertencimento se fortaleceu no pós-independência. A terceira, ao contrário, alude à sua existência no pré-independência.

Em direção ao pós-independência, notamos uma certa relação de similaridades da quinta cartografia de Aloisio Magalhães (Figura 2) com a análise de Celso Furtado (1959), que sugere que a integração de nosso mercado interno teria ocorrido após 1822:

Após a independência, a demanda externa continuou a condicionar a estrutura e o desempenho de nossa economia. Quem não produzia para exportar, produzia para seu próprio sustento e para alguns poucos vizinhos. **O quadro modificar-se-ia, porém, com o café**, cuja comercialização estava, em geral, nas mãos dos que o cultivavam, e com a **substituição da escravatura pelo trabalho assalariado. Criou-se então, no leste e sul do Brasil, uma massa de consumidores e uma verdadeira economia de mercado interno. E pela primeira vez, as decisões econômicas passaram a ser tomadas dentro do país**, com o governo a controlar a oferta internacional do café e a amparar a industrialização (COSTA E SILVA, 2000, p. 35. Grifo nosso).

Nesta vertente, o atraso brasileiro teve causas deterministicamente identificadas nas origens de nossa história colonial, sugerindo um longo processo de fragmentação das relações comerciais e produtivas entre as regiões de espaço territorial:

Nosso atraso e nossas disparidades de desenvolvimento regional – deixava claro Celso Furtado – **encontravam explicações na história de nossa economia**. Os remédios, muitos dos quais já vinham sendo aplicados, tinham de ser, por isso mesmo, de natureza econômica. Entre eles, o do fortalecimento e ampliação do mercado interno, o que dependia de se corrigirem as grandes desigualdades entre as regiões mais atrasadas, como o Nordeste, e as mais adiantadas como o Sul (COSTA E SILVA, 2000, p. 35. Grifo nosso).

3.1.1. Os Paradoxos da Identidade Brasileira no Pós-Independência (1822-1950): Contrastes Entre Conservadorismo e Tentativas de Superação das Ideologias Nacionalistas

Para analisarmos os símbolos da cédula do Sesquicentenário da Independência de Aloisio Magalhães, que resgata o conceito de identidade brasileira pensado por Celso Furtado, necessitamos compreender o que se entende por ideologias do caráter nacional.

A palavra “caráter” deriva do latim *charācter*, cujas raízes estão assentadas no grego *kharaktēr*. Refere-se a aspectos psicológicos e comportamentais adquiridos, determinados ou elaborados pelo sujeito. Os traços de caráter ou de personalidade adquirida podem sofrer influências do ambiente e, por extensão, de seus grupos de influência. Podem ser determinados por combinações genéticas dos progenitores e herdadas pelos descendentes (HOUAISS, 2009, p. 401; MOREIRA LEITE, 2017, p. 126-127). Ou elaborados em níveis de desenvolvimento intelectual, perceptivo, emocional, moral e ético (WILBER, 2008, p. 38).

Sendo o caráter um aspecto de ordem filogenética (herdada) e ontogenética (aprendida)⁹, pode estar sujeito a variações ou mudanças em âmbito individual ou coletivo, o que torna controverso generalizar aspectos da personalidade conforme a classe ou cultura nacional dos sujeitos (MOREIRA LEITE, 2017, p. 120-127). No entanto, na ausência de definições assentes, o caráter continua influenciando o cotidiano com ilusões capazes de mobilizar número expressivo de pessoas (ANDERSON, 2008, p. 28).

Nacionalidade e nacionalismo abrangem as raízes históricas da cultura de cada país, que gradativamente assumem novos significados sociais, por vezes associados ao apego emocional, até alcançar concepções ideológicas e políticas equivalentes ao dogmatismo religioso (ANDERSON, 2008, p. 32). No extremo ufanismo, se apropriam de “símbolos ou mitos que justificam e explicam a nacionalidade” (MOREIRA LEITE, 2017, p. 44-45).

Escritores indianistas do século XIX (intelectuais, poetas, romancistas e políticos brasileiros), se nutriram da visão idealizada, que resultou no indígena mítico de José de Alencar e Gonçalves Dias¹⁰. Neste contexto, a perfeição, virtude, coragem e pureza em que se assentaram as diferenças entre a identidade brasileira e a lusa, contrastava com a situação miserável e marginal de que padeciam, e ainda padecem, os nossos nativos (MOREIRA LEITE, 2017, p. 226). Caso semelhante ocorreu ao abolicionismo de Castro Alves (*Idem*, 2017, p. 232). E, mais adiante, a Tiradentes, herói da Primeira República que resistiu aos tributos metropolitanos (*Ibidem*, 2017, p. 44), enquanto na colônia se represava quantidade importante de metais preciosos dissimuladamente, como ocorreu ao padre Guilherme Pompeu de Almeida e seus dois sócios (cf. CALDEIRA, 2009, p. 136-139).

Como consequência, o orgulho ufanista¹¹ reverberou sobre o cientificismo ideológico do século XIX, que se tornou causa agravante dos contrastes internos. Neste contexto, a desqualificação de mestiços e enaltecimento de europeus (MOREIRA LEITE, 2017, p. 283-327) *versus* a exaltação da miscigenação e rebaixamento dos europeus (*Idem*, p. 237-282) desafiaram o sentimento de pertencimento e, paralelamente, aprofundaram os contrastes e, nos casos mais emocionados, certos preconceitos com nossas raízes europeias (*Ibidem*, p. 23).

⁹ Ontogenética está associada ao comportamento consciente e inconscientemente aprendidos. Filogenética refere-se às características herdadas geneticamente.

¹⁰ A identidade nacional foi tema dos romances *Iracema* e *O Guarani*. Também permeia a poética de *O canto do Guerreiro* e *Canção do Tamoio* (MOREIRA LEITE, 2017, p. 225-228).

¹¹ O ufanismo remete a Afonso Celso em *Porque me ufano do meu país* (1900).

Para a primeira vertente ideológica de Silvio Romero, Afonso Celso, Afonso Arinos e Euclides da Cunha a ancestralidade indígena seria a causa dos problemas do Brasil. O mestiço arbitrariamente se tornou uma entidade deformada pela reduzida inventividade e iniciativa, além da pouca inclinação ao trabalho, onde se mostraria descuidado, abatido, despreocupado e lamurioso (MOREIRA LEITE, 2017, p. 256; 264; 282). Esta perspectiva passou a ser relativizada por Euclides da Cunha, que enalteceu a força dos mestiços do sertão com ascendência paulista, em contraste com a descabida debilidade dos nordestinos litorâneos (*Idem*, p. 274).

Com a segunda vertente de Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Alfredo Ellis Júnior, Artur Ramos, Afonso Arinos, Gustavo Barroso, Manuel Bomfim, Alberto Torres e Paulo Prado, os predicados dissociativos continuaram a rebaixar indígenas e africanos que, a partir do apego à ostentação, obliteravam a lei e a ordem com esperanças de redenção casual (MOREIRA LEITE, 2017, p. 323-324). Com estas justificativas enviesadas, o conservadorismo de Oliveira Viana propagaria a exaltação de nobres costumes herdados pela fidalguia paulista e pernambucana (*Idem*, p. 294; 296).

As duas vertentes ideológicas anteriores sofreram duas tentativa de superação. A primeira com Casa-grande & Senzala (1933) de Gilberto Freire, que adotou a tese culturalista de Franz Boas. Entre as contribuições das tradições africanas, Freire evidenciou o domínio do ferro, das técnicas e tecnologias agrícolas, pecuárias e construtivas de minas e garimpos. A partir da independência entre raça e cultura, passou a integrar o negro à mestiçagem brasileira (COSTA E SILVA, 2000, p. 26-27).

A segunda tentativa ocorre com Raízes do Brasil (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, que passou a descurar as contribuições da personalidade portuguesa para a identidade brasileira. O autor caracteriza o luso como individualista incapaz de executar tarefas manuais sistemáticas, lentas e seguras para se ocupar de sua obsessão pelo prestígio (COSTA E SILVA, 2000, p. 29). Acrescenta ao rol disparates a simpatia por valores ditatoriais (MOREIRA LEITE, 2017, p. 382).

Para Buarque de Holanda os portugueses, seus descendentes e a aristocracia cafeeira conformaram a elite política e econômica do Império e República. Fizeram uso da afetuosidade e cordialidade do emigrante do campo para conduzir nossa urbanização à moda operária e ritmo cosmopolita estadunidense dos anos 1930 (COSTA E SILVA, 2000, p. 30; MOREIRA LEITE, 2017, p. 386). Sua análise previa a ruptura com a classe dominante, aristocrática e patriarcal herdada do colonizador (MOREIRA LEITE, op. cit., p. 384). Sendo, posteriormente, questionada pelos juízos de valores aos quais atribuiu as causas das distorções do caráter brasileiro (RIBEIRO, 2015, p. 329-330).

A superação das ideologias do caráter nacional viria supostamente a ocorrer com Evolução Política do Brasil (1933) e Formação do Brasil Contemporâneo (1942) de Caio Prado Júnior. Sua tese defendia que a *plantation* latifundiária, monocultora, agroexportadora e escravocrata explicaria a economia de subsistência. Neste cenário, o monopólio açucareiro e de gêneros tropicais dos mercados europeus teria provocado a crise socioeconômica entre elites dirigentes *versus* pobres explorados, que impediu a construção de “uma mentalidade coletiva singular” (COSTA E SILVA, 2000, p. 32).

Esses pressupostos construíram o imaginário de trevas sobre o interior da colônia, que diferentemente das ideologias conservadoras anteriores - entre as quais a de Oliveira que teria servido de modelo a Caio Prado Jr. - nossa identidade seria explicada pelo sentido da colonização europeia voltada ao mercado externo, que desconhecia o mercado interno e o

desenvolvimento das diversas regiões brasileiras (CALDEIRA, 2009, p. p. 7-14).

Com a renovação da análise marxista de Caio Prado Júnior, observamos o surgimento do que poderíamos chamar de Escola Sociológica de São Paulo da década de 1950¹², intelectuais que passaram a seguir o modelo progressista para confrontar as injustiças sociais decorrentes da colonização. Pertencem a este grupo intelectuais como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maurício Vinhas de Queirós, Rui Facó, Antonio Cândido, Donald Pierson, Charles Wagley, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Paul Singer (MOREIRA LEITE, 2017, p. 420-426). Seguidos por Fernando Novais, José Jobson de Andrade Arruda e Sean Purdy, entre muitos outros.

A partir das análises progressistas e a superação das ideologias conservadoras, continuamos a construir nossos valores e tradições em contraste com Portugal. A exploração metropolitana fora a causadora da pobreza extrema e subnutrição de nossa população. O Brasil, visto pelo prisma de Florestan Fernandes, “transitara do regime colonial ao capitalismo sem romper a situação de dependência” (COSTA E SILVA, 2000, p. 36). Neste ciclo vicioso entre passado e presente, os nossos desvalidos perderam as oportunidades que impulsionariam o desenvolvimento socioeconômico digno. Com isso, esta escola passou a se posicionar como profeta na qual os brasileiros ficariam “condenados a essa subordinação, e ao atraso e à injustiça social” (*Idem*, 2000, p. 37).

3.1.2. Os Paradoxos da Identidade Brasileira no Pré-Independência (1500-1822): Contrastes Entre o Sentido da Colonização, o Mercado Interno e as Contribuições da Nova História

O Brasil colonial e pré-independentista é recorrentemente interpretado tanto pela tradição conservadora quanto pelo modelo marxista de Caio Prado Jr. como um período que arruinou nosso desenvolvimento econômico. Após a mineração é que passariam a existir os primeiros vilarejos de Minas Gerais, condicionados à política mercantilista de controle de metais preciosos. Esta relação garantiria o progresso econômico de Portugal, que, em decorrência, teria atrasado o desenvolvimento manufatureiro colonial e metropolitano (COSTA E SILVA, 2000, p. 34).

Antes do ouro, supúnhamos a existência de um mercado interno de subsistência (Cf. CALDEIRA, 2009), com trocas comerciais inexpressivas, tais como lenhas, animais de carga e corte utilizados pelos engenhos de açúcar. A crise colonial seria explicada pelos sucessivos extrativismos exploratórios em torno do pau-brasil (1500-1530), cana-de-açúcar (1530-1690), pecuária (1690-1750) e mineração (1750-1770). As progressivas atividades predatórias seriam consequência da ganância em enriquecer rapidamente, que estimularia o retorno dos colonos bem sucedidos a Portugal. O sentido da colônia, introduzido por Caio Prado Jr., teria rompido com a tese dos ciclos econômicos proposta por Roberto Simonsen em 1937 (VAINFAS, 2000; CALDEIRA, 2009, p. 134)¹³.

A tese de integração brasileira no período pós-independentista é justificada pela redução das reservas de ouro, que teria fragilizado a arrecadação metropolitana. Na segunda metade do século XVIII Portugal teria buscado alternativas para a manutenção do pacto

¹² Entendemos por Escola Sociológica de São Paulo da década de 1950 os intelectuais que passaram a seguir o modelo de interpretação da história do Brasil proposto por Caio Prado Jr.

¹³ Verbete Ciclos econômicos, desenvolvido por Sheila de Castro Faria.

colonial¹⁴ com a intervenção do Marquês de Pombal, após a morte de D. João V e coroação de D. José I, teria estimulado a diversificação de nossa produção interna. Estas reformas ficaram conhecidas como “mercantilismo ilustrado português”, que teriam ampliado a produção de 33 para 126 gêneros agropecuários. Somente a partir deste período poderíamos abordar os fluxos de capitais internos, estimulados pela “pequena indústria ligada à transformação de produtos agropecuários” (Cf. ARRUDA, 2000, p. 173; 174)¹⁵.

No Brasil, o expressivo contingente de colonos, lusos e luso-brasileiros, empreendedores fixados à terra apontam para um cenário muito distinto do previsto pela Escola Sociológica de São Paulo da década de 1950 (CALDEIRA, 2009). O tratamento de dados sobre a escravidão introduzido por Robert Fogel (Nobel de Economia, 1993) e Stanley Engerman sugere a desconstrução da tese do enraizamento de um mercado interno somente a partir do período independentista de 1822.

A capacidade produtiva da colônia destoa da economia de subsistência provocada pelas “missões que favoreciam o rei”, com portugueses empenhados em “voltar ricos para a Europa” (CALDEIRA, 2009, p. 170). Apesar disso, a presença de alguns não nega a de muitos outros homens livres proprietários e não proprietários de terras e escravos. Embora fizessem parte de uma sociedade desigual, criaram mais de cem ocupações distintas das realizadas pelos senhores, lavradores e fazendeiros, criando brechas para comercializações fluidas de bens e serviços (CALDEIRA, 2009, p. 273).

Os estudos ligados à corrente sociológica de São Paulo da década de 1950, defende distinções absolutas entre identidade portuguesa e brasileira a partir dos contrastes econômicos entre colônia e metrópole. Tendem a situar o início da acumulação interna de capital entre fins do século XVIII e início do XIX, após a independência. Refutam a substancialidade de “acumulação endógena” de nosso “mercado interno”, julgando ser impraticável o “capital mercantil colonial residente”. Desconsideram as transações de contingente expressivo de trabalhadores independentes, que contribuíram para o desenvolvimento da econômico da colônia, indícios apontados por João Luís Fragozo (Cf. ARRUDA, 2000, p. 171-172).

Segundo esta tese, a hierarquia societária posicionaria em seu topo “mercadores, armadores, financistas, seguradores, banqueiros, empresários agrícolas e industriais”. Em sequência estariam os contingentes inexpressivos, tais como “pequenos negociantes, mestres e lojistas” (Cf. ARRUDA, 2000, p. 167-169). Na base, os escravos impulsionavam os fluxos de matérias-primas e mercadorias que pulsavam em direção aos armazéns e navios, sendo os traficantes brasileiros os grandes responsáveis pelo acúmulo de capital na colônia, particularmente a partir do século XVIII com a extração do ouro (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 132-136; CALDEIRA, 2009, p. 285).

¹⁴ A “noção de pacto colonial se conjugou à ideia de exclusivo mercantil ou monopólio comercial (...) perspectiva adotada por Caio Prado Jr. ao formular sua clássica tese sobre ‘sentido da colonização’ do Brasil”. Verbete de Jaqueline Hermann in VAINFAS, 2000.

¹⁵ Em outras palavras, as práticas artesanais e manufactureiras prescindem da invenção das máquinas e do trabalho operário. No Brasil Colônia, a visão empreendedora implantada pelos portugueses residentes permitiu o fortalecimento de redes colaborativas capazes de fortalecer a produção autônoma e garantir meios de sobrevivência de colonos, indígenas e alforriados. Durante este período as trocas comerciais desencadeiam a acumulação mercantil, que favorecem o represamento de reservas de capitais. A partir destes investimentos a Revolução Industrial, protagonizada pela Inglaterra, teria acelerado o fim do trabalho escravo e a formação de mercados consumidores. Entre a Lei do Ventre Livre (1871), a dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888) a libertação teria se arrastado por dezessete anos, supostamente por prejudicar os negócios dos traficantes.

Tendo em vista a tríade “latifúndio-monocultura-escravidão” (Caio Prado Jr.), o tráfico de escravos seria um outro ramo comercial controlado pela metrópole, que operava a reposição de mão-de-obra para limitar a construção de vínculos sociais. Neste cenário, se consolidariam os papéis do binômio econômico da metrópole acumuladora, da colônia explorada e manutenção de excedentes pela elite mercantil, sem chances de realização de relações endógenas na economia de subsistência colonial (ARRUDA, 2000, p. 170).

Os embates entre a Escola Sociológica de São Paulo da década de 1950 e os Teóricos da Nova História da década de 1980 podem ter ocorrido devido a limitada amostragem de documentos sobre o cotidiano comercial do Brasil Colônia (1500-1808). Os registros de crônicas aos quais os pioneiros do primeiro grupo tiveram acesso restringem-se à Carta de Pero Vaz de Caminha (escrita em 1500 e publicada em 1871), História da Província Santa Cruz (1576) de Pero Magalhães Gândavo, Tratado Descritivo do Brasil (1587) de Gabriel Soares de Souza, Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583-1601) de Fernão Cardim, Diálogos das Grandezas do Brasil (1618) de Ambrósio Fernandes Brandão (MOREIRA LEITE, 2017, p. 195-204; CARDOSO, 1990, p. 96)¹⁶.

Enquanto a nova vertente historiográfica da década de 1980 tem se debruçado sobre os registros de trocas contratuais da colônia, tais como “inventários, contratos, confissões de dívidas, correspondência comercial para realizar balanços, retratos de fortuna”, dados de “documentações maciças e às vezes seriadas”, que têm conformado um cenário integrativo sobre os sistemas produtivos do período pré-independentista (CALDEIRA, 2009, p. 278; CARDOSO, 1990, p. 96). Pertencem a este grupo os historiadores ligados à pesquisa pioneira de Maria Yedda Linhares, entre eles Ciro Flamarion Cardoso e João Luís Fragoso, panorama que tem se confirmado por outros historiadores, entre eles o sociólogo Jorge Caldeira.

O esquema interpretativo¹⁷ de Caio Prado Jr. foi reelaborado na década de 1960 por Fernando Novais na obra Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. Suas ideias foram muito difundidas na academia, mas passaram a ser questionadas por novos historiadores, entre eles Flamarion Cardoso, preocupado em resgatar as dinâmicas internas da sociedade e o modo de produção colonial (VAINFAS, 2000)¹⁸. Estes novos estudos lançam luz sobre a presença do campesinato com produção orientada ao mercado local, proprietários de terras empobrecidos, escravos administradores de fazendas e trabalhadores assalariados. Na agricultura predominava a mão-de-obra dos filhos adultos e de sitiantes roceiros, que contavam com número reduzido de escravos (CARDOSO, 1990, p. 96-97).

Como vimos, existiu uma ampla diversidade de estratos sociais. Os negociantes de escravos foram os principais acumuladores de capital interno na colônia, os homens mais ricos e poderosos do Brasil passando a controlar parte expressiva da rede comercial das exportações da agroindústria açucareira (CALDEIRA, 2009, p. 277-279). Sendo financeira e politicamente independentes de nações europeias e das decisões lisboetas, os traficantes brasileiros de africanos detinham a propriedade e controle de frotas marítimas. Faziam uso desta tecnologia para abastecer os engenhos açucareiros, que desde o século XV se concentravam nas ilhas atlânticas de Portugal e no Brasil, em Salvador e Rio de Janeiro

¹⁶ Estas análises foram gradativamente complementadas pela estética literária do Padre José de Anchieta, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Bento Teixeira, Manuel Botelho de Oliveira, Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, Gregório de Matos, Silva e Alvarenga, Santa Rita Durão, José Basílio da Gama, José de Alvarenga Peixoto e Domingos Caldas Barbosa (MOREIRA LEITE, 2017, p. 205-214).

¹⁷ Referimo-nos ao “sentido da colonização”: latifúndio-agroexportador-escravista.

¹⁸ Verbetes Antigo Sistema Colonial.

(CARDOSO, 1990, p. 103).

A classe dominante dos negócios intercontinentais do tráfico, sustentada por recursos de padres, capitães, fazendeiros e agiotas brasileiros, investia largamente em tecnologia de ponta, insuficientes para o mercado da época. A operação das frotas marítimas dependia de recursos humanos altamente treinados em travessias de longas distâncias com custos excessivos. Em um tempo de escassez de moeda, era frenética a corrida por acumulação de metais preciosos, que gradativamente se fortaleceu com a rota de Buenos Aires. Neste contexto, o expressivo contingente de africanos era negociado em troca da prata abundante escoada da colônia espanhola de Potosí no Peru para o Brasil (CALDEIRA, 2009, p. 279-280).

A prata acumulada financiou o combate armado do traficante carioca Salvador de Sá à invasão holandesa em Angola (1640-1648), com a autorização do rei D. João IV¹⁹, que não dispunha de recursos econômicos suficientes para a expulsão dos invasores. Em troca, a coroa o recompensou com o título de governador do Rio de Janeiro e Angola, que lhe garantiu o controle da política e comércio escravocrata entre as duas regiões interoceânicas. Com a descoberta das minas de ouro, os negócios do tráfico se ampliaram com a atuação do baiano Francisco Félix de Souza, que capturava africanos nas regiões de Costa da Mina e Benin e os despachava para as regiões de Salvador e Minas Gerais (CALDEIRA, 2009, p. 283-284).

Este cenário explica a construção de um verdadeiro império do tráfico brasileiro na África totalmente independente da metrópole. No século XVIII Francisco Félix de Souza introduziu a linhagem dos Xaxás, marcada por sucessivas gerações, cujos herdeiros foram Xaxá I e Xaxá II, que consolidaram o comércio de cativos de Uidá, inflamando inúmeros conflitos entre povos inimigos da região. Este ponto sensível de discussão, indica que a escravidão foi encabeçada pelos Xaxás em acordo com o reino de Daomé, atual Benin. Capturavam e selecionavam seus prisioneiros conforme a preservação dos dentes e força das extremidades de seus corpos. Embarcados nos navios tumbeiros, escoavam pela rede de seus entrepostos (CALDEIRA, 2009, p. 284-285; PIERRE, 1998²⁰; Cf. RIBEIRO, 2015, p. 90).

Neste contexto, a escravidão moldou o topo da pirâmide social brasileira, ocupada pelos traficantes de escravos, contrariando o papel atribuído aos grandes latifundiários²¹, proprietários de terras luso-brasileiros e sesmeiros dos engenhos de açúcar (Caldeira, 2009). Esta evidência abre caminhos para reconfiguração do esquematismo de Caio Prado Jr., que posicionava os senhores no topo e escravos na base da escala social. No entanto, o contexto era muito mais complexo, envolvia diversidade social e produtiva entre regiões, que se transfiguravam no tempo (CARDOSO, 1990).

No século XVIII, sendo o tráfico um negócio completamente autossuficiente e independente da metrópole, comercialmente deficitária neste mercado, a colônia se tornou o centro de arrecadação dos lucros resultantes da escravidão voltada aos engenhos nordestinos de robusta infraestrutura, às áreas mineradoras e aos espanhóis da região do Rio da Prata (CALDEIRA, 2009, p. 283-285). Neste período a produção de ouro e metais preciosos ultrapassavam as de açúcar (CARDOSO, 1990, p. 113).

¹⁹ Após a restauração da independência de Portugal (1640) da Coroa espanhola.

²⁰ Segundo Antonio Risério o "Portal do Não Retorno" significava a passagem definitiva de prisioneiros africanos do mundo físico ao espiritual. Nestes termos, sugere que brasileiros e africanos forçaram o traslado de capturados, abreviando a vida de milhões de habitantes daquela região (PIERRE, 1998).

²¹ Vide o papel do latifúndio na obra de Caio Prado Jr. Vide: CALDEIRA, 2009, p. 20; 21; 27; *passim*.

Em uma aproximação com os sistemas financeiros contemporâneos, nossas igrejas atuavam à semelhança das atuais instituições bancárias. Produtos como fumo, tabaco, aguardente, óleo de baleia, açúcar, farinha de mandioca, manufaturados e comercializados no mercado colonial, eram convertidos em mercadorias de escravos africanos, marfim ou cera²². Resultam dos lucros exorbitantes com o comércio africano as “peças de altar, andores para procissões e cálices” (CALDEIRA, 2009, p. 282; 284) produzidas no Rio de Janeiro e em Salvador²³.

O acúmulo de metais preciosos praticado pelos negreiros pode explicar a opulência dos ornatos arquitetônicos e objetos sacros, tais como: a indumentária da salva, coroa e cetro em prata, utilizados nas festividades do Divino Espírito Santo; os objetos cerimoniais em prata, designados ostensório, vaso com palma, turíbulo e naveta e os mobiliários sacros entalhados e dourados (Figura 4). A prataria de nosso patrimônio móvel sugere alguns dos rastros deixados por lideranças econômicas que ao longo dos séculos diversificaram seus investimentos passivos²⁴.

Figura 4: A prataria dos Secs. XVII, XVIII e XIX: investimentos em patrimônio móvel.



Fonte: COLOMBO FILHO, 2001, p. 159; 155

Parte desses passivos podem ser identificados em complexos de arquitetura sobretudo religiosa no interior de igrejas, mosteiros e conventos e capelas (Figura 5). No douramento das talhas de nossos suntuosos retábulos (COSTA, 2001, p. 60-81). No patrimônio móvel das sacristias e igrejas barrocas do Brasil (BIANCARDI, 2001, p. 42-57) e na azulejaria colonial luso-brasileira, que constituía um design de comunicação visual estética, informativa, interativas e

²² Mercadorias extraídas de CARDOSO, 1990, p. 112-113.

²³ Neste cenário os “santos do pau oco”, supostamente seriam rendimentos não declarados à coroa portuguesa. Ou seja, seria possível supor que nossos traficantes criassem estratégias ilegais de maximização de seus lucros para além dos 80% das extrações de ouro legalmente retidas pela colônia. Em decorrência, haveria comprometimento dos rendimentos para menos de 25% de impostos previstos pela metrópole. No período da mineração, o quinto significava a cobrança aplicada à produção de ouro, logo o reino de Portugal pode ter sofrido prejuízos reais por arrecadar menos de 1/5.

²⁴ Entende-se por investimento passivo o acúmulo de capital corporificado em fundições, que gerou superávit de arrecadação livre de impostos no interior da colônia (CALDEIRA, 2009, p. 282).

iterativas com Portugal e a Europa (PINHEIRO, 2001, p. 118-145).

Figura 5: O ouro dos Secs. XVII, XVIII e XIX: investimentos em patrimônio imóvel



Fonte: 5.1 PATRIMONIO ESPIRITUAL.ORG (<https://sanctuarial.org/>)



Fonte: 5.2 PINHEIRO, 2001, p. 141

Estas artes ornamentais ou decorativas²⁵, que poderíamos considerar como um proto-

²⁵ Nem todas as “artes decorativas” têm “função prática” (LÖBACH, 2001, p. 58-59) ou utilitária, mas todas as “artes menores” (COLOMBO FILHO, 2001, p. 146) ou “mecânicas” (VAINFAS, 2000) que têm função prática são artes decorativas ou ornamentais, e podem ser identificadas como pré-design ou proto-design.

design²⁶, antes do design moderno, ostentaram-se no nordeste, sobretudo na Bahia, antiga capital da colônia (Salvador, 1549) e no recôncavo baiano; em Pernambuco (principalmente Recife) e no sudeste, no Rio de Janeiro, para onde se transferiu a capital em 1763. Para além desses passos, espalha-se até os fins do século XVIII pelo nordeste, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Sergipe e pelo sudeste, particularmente Minas Gerais. E menos em partes do norte, no Pará, e do sudeste, São Paulo (PINHEIRO, 2001).

O ouro de nosso patrimônio imóvel em direção ao interior é um dos indicativos da pungente rede comercial e produtiva da colônia, que contrasta com a recessão econômica enfrentada pela metrópole (CALDEIRA, 2009, p. 7). Os indícios da existência de um pujante mercado interno podem ser agrupados em dois conjuntos de investimentos sobre o patrimônio móvel e imóvel, que se referem ao trabalho ornamental do ouro e da prata e as redes de comunicação intercontinentais entre Brasil e Portugal (**Figura 4 e 5**).

O sistema econômico pujante se consolidou com o empreendimento alavancado por personagens de diversas categorias – colonos, alforriados, indígenas ou miscigenados - homens livres, que sugerem outra percepção sobre as relações laborais no interior da colônia. Neste contexto diverso, a condição socioeconômica de parte de nossos colonos divergiria da dos senhores de engenho. O número considerável de propriedades dependentes da mão-de-obra familiar estabelecia alguma aproximação com o trabalho compulsório do patriarca aos filhos, aspecto que sugere significantes limitações financeiras de parcela destes roceiros (CARDOSO, 1990, p. 104; VAINFAS, 2000, p. 490).

Mesmo entre os senhores notamos a variabilidade de poder aquisitivo, além de visões distintas sobre a condição da escravidão na colônia. Parcela substancial destes notáveis se distanciava da generalização conformada pelo conceito *plantation*. Como observado, no século XVI as grandes propriedades atingiram o limite máximo de 100 a 200 cativos (VAINFAS, 2000, p. 490), as médias algumas dezenas, já os pequenos contavam com um mínimo de escravizados agricultores eventualmente doentes ou senis (CARDOSO, 1990, p. 97; 104; 106).

A diversidade de produtores de açúcar é complementada pelos lavradores de cana, categoria proprietária de contingente expressivo de escravos, mas destituída de posse de terras ou de recursos suficientes para o fabrico da especiaria. Negociavam o acesso aos meios de produção e a concessão de áreas de plantio mediante permuta, relações contratuais que viabilizavam a renovação do trabalho compulsório nos engenhos (CARDOSO, 1990, p. 105).

Sobre o contingente de alforriados observamos a variabilidade de acordos de produção entre os senhores e cativos, predominantemente mulatos ou crioulos²⁷ dedicados aos serviços domésticos. Constam relatos sobre concessões de atividades agrícolas no interior das fazendas aos feriados e finais de semana, cujos excedentes se destinavam à obtenção da alforria. Em outros casos, os cativos administradores de propriedades rurais garantiam recursos suficientes para a libertação de seus familiares, além da compra de escravos para cultivo e comercialização de excedentes (CARDOSO, 1990, p. 96; 104). Nos acordos de usufruto

²⁶ Poderíamos usar o termo pré-design que pressupõe uma ruptura com a estética do artesanato clássico nos padrões europeus (MAGALHÃES, 2017, p. 129-130; ANASTASSAKIS, 2014, p. 202). No entanto, julgamos mais apropriado a designação proto-design como adaptação continuada das tradições disseminadas pelos fluxos e refluxos comerciais entre Brasil, Portugal e África (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 126-132), que se transmutaram nas artes ornamentais ou decorativas luso-brasileiras.

²⁷ Entende-se por mulatos os descendentes de negros e portugueses desembarcados para povoar os domínios da colônia, por crioulos os afrodescendentes fixados, por imposição alheia a sua vontade própria, aos mesmos domínios (CARDOSO, 1990, p. 104-105).

de terras era permitido ao escravo transferir a produção a terceiros (CALDEIRA, 2009, p. 167).

Entre os indígenas, caberia acrescentar a presença do campesinato impulsionado pelas missões jesuíticas na região amazônica, que atendia as necessidades de religiosos em troca de gêneros têxteis, além de fornecer alimentos para Belém e outras vilas da região. Este fenômeno contribuiu para a empregabilidade deste estrato na produção pecuária e açucareira de grandes propriedades e no campesinato empreendido por colonos, posseiros, indígenas e mestiços da região (CARDOSO, 1990, p. 101-103; 108).

A concentração de nativos na região amazônica criou condições de escravização distintas das empregadas nas zonas açucareiras do Nordeste e de mineração de Minas Gerais, onde predominava o comércio africano. Como ocorria com os alforriados, este cenário não exclui os acordos entre senhores e indígenas cativos, que se beneficiavam da produção independente em períodos ou dias específicos no interior das fazendas. Tampouco desconsidera a existência da escravidão indígena, praticada entre grupos de colonos, missionários jesuítas e representantes do governo (CARDOSO, 1990, p. 108).

Sequer ignora a existência de eclesiásticos direta ou indiretamente favorecidos pelo comércio negreiro de brasileiros, com condutas equivalentes a do bispo de Tucumán na América Espanhola, que se fortaleceu economicamente a partir do tráfico entre Potosí, Buenos Aires e Salvador (CALDEIRA, 2009, p. 280-281). Tampouco recusa a rivalidade entre tribos africanas, que comercializavam seus adversários na condição de escravos, transportados e revendidos pelos traficantes brasileiros (PIERRE²⁸, 1998; RIBEIRO, 2015, p. 86-88). Muito menos anula a rivalidade entre tribos indígenas, que aprisionavam e condenavam à morte os nativos inimigos, aspectos que em parte viabilizaram a prática do escambo realizadas pelas expedições de resgate ou monções (CARDOSO, 1990, p. 102; 108).

Se as identidades se fortalecem nas diferenças, estes dois pontos limítrofes se justificam pela intolerância segregacionista, que se esgarçados em polaridades extremas se aniquilam pelo ódio belicista. Neste contexto complexo e abstrato trilhamos esta investigação, procurando transcender este esquematismo nacionalista de identidades destrutivas. Entendemos que o cerne desta reflexão encontra-se no interior da categoria de homens livres, especificamente no primeiro fluxo de portugueses desembarcados na colônia, designados degredados e grumetes pelo cronista Pero Vaz de Caminha. Eram estes colonos déspotas ou tiranos? Ou habituados aos delitos criminosos? As análises de dados empíricos demonstram um panorama distinto do predominantemente propagado. Conformam estereótipos, que não resistem ao exame apurado da documentação (VAINFAS, 2000, p. 181)

O êxito dos portugueses na assimilação de aspectos culturais diversos dos seus contrasta com os infortúnios vivenciados por aventureiros espanhóis, holandeses, franceses, ingleses e alemães atracados nas áreas litorâneas. Ao contrário das imposições aos nativos, os laços de admiração e confiança, os matrimônios e acordos comerciais, predominantemente flexibilizados, configuraram uma das primeiras possibilidades de alteridade e cooperação entre indígenas tupis-guaranis e colonos no interior da colônia²⁹. Sobretudo, o casamento significava a incorporação das qualidades do estrangeiro, que aprofundava os vínculos de parentesco e

²⁸ Documentário de Pierre Verger.

²⁹ A cooperação entre portugueses e culturas diversas foram experiências adquiridas com os intercâmbios diplomáticos promovidos pelos primeiros intérpretes africanos da língua portuguesa. Ou pelos portugueses desembarcados na região, denominados “lançados” ou “tangomãos”, para integrarem-se à cultura africana com o objetivo de negociar a venda de mercadorias destinadas ao comércio europeu (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 32-34).

possibilitava a relação simbiótica dos portugueses com a exuberante paisagem tropical brasileira. Estes pressupostos podem explicar a permanência dos lusitanos no espaço desconhecido de nossas florestas, em contraste com a escassez de outros povos europeus (CALDEIRA, 2009, p. 174-176).

Parcela considerável deste contingente trilhou percursos equivalentes ao dos imigrantes europeus e orientais desembarcados no período entre 1851 e 1960, dos quais alguns brasileiros descendem (CALDEIRA, 2009, p. 171; RIBEIRO, 2015, p. 181-183). Tanto no período pré como pós-independentista, estes povos almejavam a esperança de uma vida melhor, concretizada a partir de esforços próprios e de recursos mínimos disponíveis. Adentravam as regiões rurais ou florestais com extrema dificuldade em garantir o próprio sustento. Buscando vencer estas limitações, as três etnias predominantes no escopo pré-independentista, conseguiam ascender socialmente a partir de suas produções próprias negociadas no frenético circuito comercial interno e, em decorrência, contribuir para a prosperidade de toda a comunidade colonial, incluindo os negreiros, topo da pirâmide social e econômica (CALDEIRA, 2009, p. 169-170).

A presença do trabalho livre dos colonos portugueses do primeiro fluxo imigratório faz parte deste cenário produtivo e comercial. Complementa o quadro o segundo fluxo de portugueses, designados imigrantes sem posses, portanto trabalhadores braçais pobres de diferentes regiões de Portugal, como Minho, Trás-os-Montes ou da ilha dos Açores, em busca de oportunidades na produção de ouro, diamantes e gêneros agrícolas. Contrastam com o imaginário do colonizador algoz, os nossos pequenos agricultores que habitaram a região sul do país, como os açorianos da ilha de Florianópolis. Caberia acrescentar a contribuição deste grupo para o artesanato corporativo de mestres e oficiais junto a negros libertos em manufaturas de tecidos, casas de fundição ou estaleiros. No âmbito tecnológico, os portugueses foram exímios operários especialistas de nossas indústrias navais, localizadas no Pará, Bahia e Rio de Janeiro (CARDOSO, 1990, p. 106; 107; 109).

4. Discussão

O paradigma interpretativo da Nova História se apresenta como alternativa ao paradigma proposto pela Escola Sociológica de São Paulo da década de 1950, ainda vigente nas universidades brasileiras³⁰.

Embora sejam inegáveis os conflitos e até a crueldade entre senhores e escravos ou entre colonos e indígenas, também julgamos pertinente reconhecer por vezes a capacidade de superação de condições degradantes a partir da capacidade empática, cognitiva e criativa no sentido de cooperação entre os habitantes da colônia (indígenas, portugueses, africanos e mestiços).

A partir da nova historiografia, poderemos resgatar a real dimensão da percepção dos acervos imateriais e materiais, nas modalidades móvel e imóvel da nossa cultura popular, que refletem a contribuição de homens livres, predominantemente brancos e mestiços, e igualmente dos indígenas e dos escravos no Brasil.

Interessa ao nosso estudo da identidade do design brasileiro as contribuições do empreendimento dinamizado pelas camadas populares das três etnias no período colonial, sem omitir a matriz portuguesa, identidade sobre a qual tendemos a atribuir a sombra dos

³⁰ Vide depoimento de Maria Yedda Linhares *apud* Caldeira, 2009, p. 30.

infortúnios socioeconômicos do presente.

À luz do novo paradigma histórico, a mentalidade empreendedora na sociedade brasileira colonial, no contexto de um mercado interno pujante, constitui a infraestrutura que permite os ofícios mecânicos³¹ e, com eles, a exuberância de artefatos móveis e imóveis, presente na arquitetura e nas artes decorativas aplicadas, que poderíamos ver como um proto-design colonial³².

Neste sentido, as artes decorativas luso-brasileiras preenchem lacunas que poderíamos identificar como um dos estágios intermediários em direção à mestiçagem do design brasileiro proposta por Dijon de Moraes.

5. Considerações Finais

Identificamos fortes indícios de que a iconografia numismática da cédula de quinhentos cruzeiros de 1972 é a obra primordial da segunda fase de Aloisio Magalhães de onde supostamente teria emergido a inspiração para a criação do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural. À primeira vista, suas imagens tendem a reafirmar a integração da identidade brasileira a partir do marco cronológico pós-independentista.

O significado iconográfico, complementado pelas respectivas legendas da cédula em questão, parece ser um reflexo da visão da Escola Sociológica de São Paulo da década de 1950, que influenciou, entre outras, as análises do economista Celso Furtado, do historiador José Jobson de Arruda e, em menor proporção, as do antropólogo Darcy Ribeiro, contemplados no decorrer desta análise.

De acordo com a nova vertente historiográfica referida, aquela visão apresenta-se datada. No entanto, nosso estudo não aponta para uma intencionalidade enviesada do designer, tendo em vista que as reflexões teóricas da nova vertente historiográfica foram desenvolvidas a partir da década de 1980 e sua morte ocorreu em 1982. Em outras palavras, a integração entre símbolos³³ étnicos e cartográficos no anverso e reverso da cédula foi elaborada pelo designer com a interpretação histórica de que dispunha à época.

O cenário de um mercado interno de subsistência na interpretação de Caio Prado Jr., foi revisto através de estudos empíricos pelos novos historiadores citados e vem se confirmando como uma leitura socioeconômica que aponta para uma outra identidade brasileira.

A integração comercial é pouco evidenciada pelos Mapas de Cantino, *Terra Brasilis* e o de Luís de Teixeira presentes na cédula (**Figura 2**). No entanto, na interpretação da Nova História constata-se que o comércio interno se fortalece através do investimento em metais preciosos, sobretudo por traficantes de escravos. Que viria a traduzir-se em bens móveis e imóveis pelas produções das artes e ofícios do trabalhador livre, predominantemente luso, luso-brasileiro, mestiço e por contingente inexpressivo de alforriados, afro-brasileiros e indígenas.

Caso Aloisio Magalhães estivesse vivo e fosse convidado a fazer o redesign da cédula

³¹ Vide verbete ofícios mecânicos de Maria de Fátima Silva Gouvêa in Vainfas, 2000.

³² Vide Azulejaria colonial luso-brasileira (...) de Olympio Pinheiro in Tirapeli, 2000.

³³ O conceito de símbolo remete a C. S. Peirce (SANTAELLA; NÖTH, 1998).

em nosso sistema monetário vigente, de acordo com a nova historiografia, manteria uma iconografia semelhante de quem somos nós? Não sabemos. O que sabemos é que o designer pôs em circulação o valor mutante de nossa identidade. E, por decorrência, das raízes da identidade do design brasileiro.

Referências

- ANASTASSAKIS, Zoy. **Triunfos e impasses**: Lina Bo Bardi, Aloisio Magalhães e o design no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da colônia, revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BIANCARDI, Cleide Santos Costa. Liturgia, arte e beleza: o patrimônio móvel das sacristias barrocas no Brasil. In: TIRAPELI, Percival. **Arte Sacra Colonial**: Barroco memória viva. São Paulo: EDUNESP, 2001.
- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- COLOMBO FILHO, Egydio. Sobre os objetos barrocos. In: TIRAPELI, Percival. **Arte Sacra Colonial**: Barroco memória viva. São Paulo: EDUNESP, 2001.
- COSTA E SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). A grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- COSTA, Mozart Alberto Bonazzi da. A talha dourada na antiga Província de São Paulo: exemplos de ornamentação Barroca e Rococó. In: TIRAPELI, Percival. **Arte Sacra Colonial**: Barroco memória viva. São Paulo: EDUNESP, 2001.
- DENIS, Rafael Cardoso. **Uma introdução à história do design**. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- JARDIM FILHO, Airton Jordani. Aloisio Magalhães e o cruzeiro: relações entre o design e a nacionalização da produção do papel-moeda no Brasil. In: 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. Anais do 12º P&D. Belo Horizonte: P&D, 2016
- LEITE, João de Souza (Org.). **A herança do olhar**: o design de Aloisio Magalhães. Rio de Janeiro:

Artviva, 2003.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LÖBACH, Bernd. **Design industrial: bases para a configuração dos produtos industriais**. São Paulo: Blucher, 2001.

MAGALHÃES, Aloísio. Aloísio Magalhães fala do novo dinheiro. [Entrevista concedida a] Elias Fajardo da Fonseca. In: LEITE, João de Souza (Org.). **Encontros: Aloísio Magalhães**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014a.

MAGALHÃES, Aloísio. Como as cartas do baralho: um dinheiro que não engana. [Entrevista concedida a] Miriam Alencar. In: LEITE, João de Souza (Org.). **Encontros: Aloísio Magalhães**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014b.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais, um novo olhar sobre o patrimônio. [Entrevista]. In: LEITE, João de Souza (Org.). **Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Dijon De. **Análise do design brasileiro: entre mimese e mestiçagem**. São Paulo: Blucher, 2005.

MOREIRA LEITE, Dante. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 8ª ed. São Paulo: EDUNESP, 2017 [Original: 1968].

PATRIMONIOESPIRITUAL.ORG. **Igreja do Convento de São Francisco: Salvador, Bahia**. Disponível em: < <https://sanctuararia.art/2015/04/22/igreja-do-convento-de-sao-francisco-salvador-ba/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PIERRE Fatumbi Verger: mensageiro entre dois mundos. Direção: Luiz Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Conspiração Filmes, 1998. 1 DVD (82 min), son., color.

PINHEIRO, Olympio. Azulejo colonial luso-brasileiro: uma leitura plural. In: TIRAPELI, Percival. **Arte Sacra Colonial: Barroco memória viva**. São Paulo: EDUNESP, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015 [Original: 1995].

RUSSEL-WOOD, John. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: EDUNESP, 2014.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SILVA JUNIOR, Amaury Fernandes da. Uma etnografia do dinheiro: os projetos gráficos de papel-moeda no Brasil após 1960. 2008. 337 f. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

UnB – Universidade de Brasília. Ex-reitores. **Campus universitário Darcy Ribeiro**, Brasília. 2016. Disponível em: <<https://www.unb.br/tecnico/institucional/administrativo/reitoria/2-publicacoes/632-ex-reitores>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WILBER, Ken. **A visão integral: uma introdução à revolucionária abordagem integral da Vida, de Deus, do Universo e de Tudo Mais**. São Paulo: Cultrix, 2008.